

**PROCESSO** - A. I. n.º 279547.0502/02-0  
**RECORRENTE** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECORRIDO** - MARCOS NEVES R. DO AMARAL  
**RECURSO** - REPRESENTAÇÃO DA PGE/PROFIS  
**ORIGEM** - INFAZ VITÓRIA DA CONQUISTA  
**INTERNET** - 04.03.04

## 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO CJF 0017-11/04

**EMENTA:** ICMS. INTIMAÇÃO AO SUJEITO PASSIVO. INCORREÇÃO NO ENCAMINHAMENTO. Representação proposta com base no art. 119, II, da Lei nº 3.956/81 (COTEB), alterada pela Lei nº 7.438/99, fundamentada no fato de a intimação haver sido encaminhada a endereço diverso do indicado pelo contribuinte nos autos. Representação **ACOLHIDA**. Decisão unânime.

### RELATÓRIO

A PGE/PROFIS, com fundamento nos art. 119, II, c/c 136, § 2º, da Lei nº 3.956/81 (COTEB), representou a esta câmara para que fosse conhecida e julgada a defesa apresentada pelo contribuinte às fls. 27/31, em virtude de:

Tendo o processo corrido à revelia, eis que posteriormente veio o contribuinte aos autos (fl. 25) informar que, na realidade, nunca chegou a ser efetivamente intimado para defender-se da autuação – da qual diz ter tomado ciência tão-somente em função da realização de consulta sobre a situação cadastral de seu CPF junto à SEFAZ -, eis que a intimação do Auto de Infração teria sido enviada para endereço diverso do seu, como faria prova o “AR” colacionado à fl. 18.

Assim, seguindo a nulidade da intimação operada, requereu a devolução de prazo para a defesa, que veio a apresentar às fls. 27/31 dos autos. Tal requerimento motivou o encaminhamento do PAF ao autuante, com vistas à elaboração da informação fiscal, e a posterior remessa a esse Conselho de Fazenda, para fins de julgamento.

Sucede, todavia, que tendo chegado nesse digno Órgão Julgador, o processo não veio a ser sequer posto à apreciação do colegiado, haja vista ter sido proferido o despacho de fl. 38, cujo prolator, decerto por não se ter apercebido das circunstâncias especiais do caso, liminarmente decretou intempestiva a defesa apresentada pelo contribuinte.

Este, por sua vez, tendo sido intimado do arquivamento da defesa, permaneceu inerte, razão pela qual o processo prosseguiu o seu curso, e somente agora, quando aportou nesta Procuradoria em razão de solicitação da Comissão de Leilão que houve a oportunidade de se constatar tudo o quanto então ocorrido.

Não se pôde, assim, deixar de notar a flagrante nulidade que resta consubstanciada nos autos, a contaminar todo o procedimento, a partir do momento da intimação do sujeito passivo.

Com efeito, e como bem alertou o autuado no seu requerimento fl. 25, o exame do “AR” de fl. 18 evidencia não ter sido a intimação da autuação entregue no seu endereço, à Rua Rodrigo Argolo, 163, Ed. Bosque das Acácias, aptº 201, que consta, inclusive, do próprio Auto de Infração, estando também lançado no cadastro do Sistema de Informações da Administração Tributária – SIDAT, vide consulta de fl. 17.

Bem ao contrário, foi a intimação encaminhada a endereço totalmente diverso – Av. Tancredo Neves, 2421, Centro Empresarial Redenção, sala 1401/1410, Pituba -, extraído não se sabe de onde, e que nada tem a ver com o contribuinte.

Tal fato gera, inequivocamente, nulidade, pois é cediço que o Regulamento do Processo Administrativo Fiscal, aprovado pelo Decreto nº 7.629/1999 exige, como requisito indispensável à validade do processo, a realização da intimação ao autuado.

Tal não tendo ocorrido, por ato imputável à Administração, consubstancia-se o cerceamento de defesa do autuado, configurando a existência de nulidade insanável, em face da ofensa direta aos princípios do contraditório e da ampla defesa, também presentes no âmbito do processo administrativo.

Importa, pois, seja tal vício sanado, permitindo-se ao autuado a apreciação e julgamento de sua defesa, que, ressalte-se, não pode ser tida por intempestiva, com fundamento na intimação de fl. 18, haja vista a absoluta nulidade desta.

#### **VOTO**

Pelo exposto, concedo o meu voto pelo **ACOLHIMENTO** da presente Representação, para que a defesa impugnativa apresentada pelo sujeito passivo, referente ao Auto de Infração em epígrafe, seja considerada tempestiva dando condição ao julgamento pelo Conselho de Fazenda Estadual da lide.

#### **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **ACOLHER** a Representação proposta.

Sala das Sessões do CONSEF, 03 de fevereiro de 2004.

ANTONIO FERREIRA DE FREITAS – PRESIDENTE

NELSON TEIXEIRA BRANDÃO – RELATOR

MARIA JOSÉ RAMOS COELHO LINS DE ALBUQUERQUE SENTO SÉ - REPR. DA PGE/PROFIS